

REPORT

Gás Natural na Indústria

Ampliar a oferta para tornar
o mercado mais competitivo?

JULHO, 2024

Revisão: Henrique Cisman
Diagramação: Marcos Franciozi

INTRODUÇÃO

O setor de gás natural no Brasil tem passado por transformações significativas, impulsionadas por uma série de reformas, incluindo a aprovação do novo marco legal do setor por meio da Lei 14.134/2021 (a “Nova Lei do Gás”).

Os planos de governo, incluindo o “Gás Para Crescer”, o “Novo Mercado de Gás” e o “Gás Para Empregar”, associados às mudanças legislativas, infralegais e regulatórias, têm como objetivo precípuo o aumento da competitividade no setor e a atração de investimentos. O objetivo final é a redução de preços em prol dos consumidores, a geração de renda e empregos, e o crescimento econômico do país.

Sob a influência das Diretivas Europeias, sucessivamente elaboradas na década de 90 para implementar um mercado comum de gás europeu, alguns dos pilares da reforma pela qual o setor de gás natural brasileiro vem passando são a desverticalização, liberalização e abertura do mercado até então dominado pelo agente incumbente.

Ocorre que passados dois anos da aprovação da “Nova Lei do Gás”, a promessa de um gás mais competitivo e de um mercado dinâmico ainda não se consolidou na prática, embora já seja possível observar avanços consideráveis nesse curto prazo.



Apesar do agente incumbente ainda manter uma posição relevante de domínio sobre os segmentos competitivos do mercado, o fato é que já verificam-se casos em que as mudanças nas regras do setor viabilizaram, por exemplo, a contratação de fornecimento da molécula, realizado pelas distribuidoras locais, por comercializadores independentes.

O próprio número de comercializadores autorizados na ANP vem crescendo, apesar das complexidades e assimetrias regulatórias na normatização do mercado livre em âmbito estadual. Essa é uma característica da dupla jurisdição atribuída constitucionalmente à União e aos Estados sobre as atividades de transporte e distribuição de gás canalizado, respectivamente.

A dupla jurisdição é uma particularidade brasileira que agrega complexidades significativas em termos de custo e risco regulatório aos players do setor no âmbito do processo de dinamização e abertura, mas em relação à qual o mercado e os reguladores precisarão se adaptar, harmonicamente, considerando a remota possibilidade de qualquer alteração constitucional em relação ao tema.

Apesar de alguns avanços, uma das grandes preocupações atuais da política setorial no âmbito do Governo Federal com o “Gás para Empregar” são as medidas necessárias para fins da ampliação da oferta de gás nacional e aproveitamento do retorno social e econômico da produção nacional de gás doméstico. Isto porque, embora o volume de produção da molécula seja significativo, a oferta de gás produzido nacionalmente disponibilizada no mercado equivale a aproximadamente 25-30% do volume total da produção, de modo que o excedente é majoritariamente reinjetado nos reservatórios para aumento do fator de recuperação do petróleo.



Apenas para fins de referência, no mês de abril de 2024, segundo o boletim mensal de produção da ANP, foram produzidos 136,60 milhões de m³/d de gás natural, sendo que desse volume apenas 44,95 milhões de m³/d foram disponibilizados ao mercado.

Neste contexto, o GRI Club Infra & Energy se reuniu no escritório Trench Rossi Watanabe, no Rio de Janeiro, para um debate moderado pela sócia Danielle Valois com o tema “Gás Natural na Indústria - Ampliar oferta para tornar o mercado mais competitivo”. O encontro contou com a participação de investidores, autoridades e representantes de associações, dentre os quais destacamos:

- Andrés Sannazzaro, Gerente de Comercialização de Gás da Repsol Sinopec Brasil;
- Christian Schöck, Diretor de Operações da Edge;
- Fátima Giovanna Ferreira, Diretora de Economia, Estatística e Competividade da ABIQUIM – Associação Brasileira da Indústria Química;
- Gustavo Checcucci, Diretor de Energia da Braskem;
- Heloisa Borges, Diretora de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis da Empresa de Pesquisa Energética (EPE);
- José Guilherme Vasconcelos, Diretor de Novos Negócios do Grupo Serveng;
- Maurício Abi-Chahin, Coordenador-Geral do Ministério de Minas e Energia;
- Murilo Soares, Diretor Comercial da Vitol;
- Rafael Neves, Private Equity Partner da Opportunity;
- Rogério Manso, Presidente Executivo da Associação de Transportadora de Gás por Gasoduto (ATGás);
- Satoshi Sakamoto, Vice Presidente Executivo da Mitsui & Co. Ltd.



DESAFIOS E NECESSIDADES PREMENTES

Durante o encontro, houve o debate sobre as mudanças e os atuais desafios presentes no segmento de gás natural, em especial no que tange ao incremento de oferta desse insumo. Interessantes perspectivas foram apresentadas sobre o panorama de abertura e desconcentração do mercado e sua relação com os temas de acesso à infraestrutura essencial, transporte, distribuição e oferta de gás natural, alinhando considerações sobre a crescente produção do combustível.

A partir da tendência de crescimento da produção, um fator que suscita debates na indústria é a necessidade de investimentos relevantes em infraestrutura, incluindo escoamento e processamento da produção de gás natural para viabilizar a disponibilização do gás ao mercado. Conforme dados da ANP, a entrega efetiva do insumo ao mercado cresceu apenas 37% nos últimos 14 anos, com os níveis de reinjeção de gás natural acumulando o crescimento de 585%.



Outro ponto de destaque suscitado na reunião foram as movimentações de certos agentes econômicos visando o reforço de posições verticalmente integradas e monopolísticas em elos competitivos da molécula por meio de projetos de ilhamento de gás natural proveniente de GNL importado. Tais projetos, se não forem interrompidos, podem resultar em precedentes preocupantes para a expansão e liberalização do setor, permitindo a fragmentação de mercados, a duplicação ineficiente de infraestruturas e a menor abertura à competição. O resultado disso será uma maior falta de competitividade da molécula em relação aos seus substitutos renováveis alternativos.

No diálogo entre segmentos, um tema central na conversa foi o impacto da demanda e da oferta de gás natural especialmente nas indústrias química e siderúrgica. Frente à execução de investimentos em variados insumos desses setores - como fertilizantes -, os convidados também debateram sobre o atual cenário dos desafios da expansão de novas plantas, o funcionamento das plantas atuais, a necessidade de segurança jurídica como estímulo à atuação dos investidores e a redução da importação de gás pelo melhor aproveitamento e acesso à infraestrutura existente, fatores potencializadores de competição no mercado interno.

Um ponto de grande destaque na reunião foi o depoimento de um dos participantes, representante de um grande consumidor de energia, no sentido de que cada vez mais a sua empresa tem optado por fontes alternativas ao gás natural devido ao alto preço da molécula no mercado doméstico.



A molécula tem um custo de produção relativamente competitivo, mas quando soma-se o custo de produção e os valores do transporte e da distribuição, o preço torna-se inviável para o seu uso como fonte energética industrial. Na experiência compartilhada, considerando as particularidades próprias do debatedor, ainda que a molécula tivesse custo zero, o valor incorrido em sua movimentação (transporte e distribuição) já seria suficiente para tornar o gás natural inviável economicamente para uso industrial.

Para fortalecer e ampliar o consumo industrial da molécula como fonte energética, portanto, o foco do mercado deve ser - em especial - na redução dos custos associados às infraestruturas de movimentação do gás.



Também foram debatidos impactos da classificação do gás natural no âmbito da reforma tributária em curso e a sua tributação pelo imposto seletivo. Ao mesmo tempo em que se reconhece que o gás natural é um combustível relevante no âmbito da transição energética, a decisão de taxar a molécula pelo imposto seletivo (em tese, criado para ter um caráter extrafiscal) é questionável.

Além disso, a temática da transição energética e as alternativas de energéticos na matriz nacional também tiveram destaque. Os participantes enfatizaram a importância do gás natural para a descarbonização da cadeia produtiva, emergindo como um aliado da indústria, com possibilidade de auxílio naquelas que, por sua natureza, são de difícil descarbonização, como a siderúrgica.

O GRI Club trouxe discussões relevantes sobre a indústria do gás natural e pontos envolvendo a ampliação do mercado para torná-lo mais competitivo. As diversas visões e perspectivas discutidas durante a reunião demonstram o cenário da indústria do gás natural de diversos pontos de vista - governo, produção, transporte e consumo.

A expectativa é que haja um processo contínuo de debates e aproximação entre autoridades do setor e players privados a fim de viabilizar a ampliação do uso do gás natural como fonte de energia no Brasil, especialmente por seu potencial no contexto da descarbonização da indústria nacional.



Trench Rossi Watanabe.

Considerado um dos maiores escritórios de advocacia do Brasil, atuamos de forma abrangente e conceituada, com competência em todas as áreas do Direito. Fundado em 1959, nosso escritório oferece serviços legais para clientes nacionais e internacionais, dos mais diversos mercados, auxiliando-os no gerenciamento de seus negócios de maneira ética e eficiente.

Temos uma estrutura de governança sólida, que garante agilidade, domínio e transparência na tomada de decisão, reduzindo riscos operacionais e ruídos entre áreas e processos. Dispomos de um Comitê Executivo responsável pela gestão do escritório, que é formado por três sócios seniores e é apoiado por um diretor geral, responsável pelas áreas administrativas (staff) do escritório.

De forma independente, temos, ainda, uma área de Compliance e Jurídico Interno, que auxilia a sociedade de advogados e advogadas em questões de conformidade relacionadas a estruturas internas e a clientes. Essa área é responsável pela gestão de riscos, bem como por zelar pela ética nos negócios. Por meio dela, aderimos à Alliance for Integrity, iniciativa global promovida pelo setor empresarial, pela sociedade civil, organizações políticas e instituições internacionais, que foi criada para promover um comportamento de compliance no setor privado, por meio de uma agenda de capacitações e oportunidades de diálogo.

Por meio da cooperação estratégica com Baker McKenzie - uma das mais amplas e sólidas redes do mercado legal, proporcionamos a nossos clientes acesso a uma perspectiva global, trabalhando de forma colaborativa com advogados com profundo conhecimento nas mais diversas jurisdições, dando suporte e “insights” à operação de nossos clientes, onde e como necessitarem.



**DANIELLE GOMES
DE ALMEIDA VALOIS**

Sócia

danielle.valois@trenchrossi.com

GRI Club

Fundado em 1998, em Londres, o GRI Club reúne atualmente mais de 16 mil executivos seniores espalhados em 100 países, com atuação nos mercados imobiliário, de infraestrutura e do agronegócio.

O modelo inovador de discussões do GRI Club permite a livre participação de todos os executivos, fomentando a troca de experiências e conhecimento, o networking e a geração de negócios.

Membros do clube também têm à disposição uma plataforma exclusiva para ver mais informações sobre os executivos e as respectivas empresas, marcar reuniões, pedir introduções personalizadas com colegas da indústria e acessar de modo irrestrito todos os nossos conteúdos.

SAIBA MAIS



MOISES CONA

Partner | Head of Infrastructure
moises.cona@griclub.org



GRI Club

— INFRASTRUCTURE



GRI Club Infra



GRI Club



@griclub.infra

griclub.org